DIA 06/09 – 14h – Mesa Híbrida –
Crime Policies in the San Francisco Bay Area in Comparative Perspective
(presencial no IAC/UFF com transmissão on line ao vivo)

YOUNG ADULTS - NEUROSCIENCE AND CRIMINAL LAW
The Honorable Bruce Chan, Judge of the Superior Court

Transitional aged youth, 18-25 are overrepresented in rates of arrest, conviction, probation and incarceration. As with the historical rationale for separate juvenile court systems, young adult courts (YAC) strive to disrupt the underlying causes of crime in order to alter the future pattern of recidivism with the attendant costs to the community, individual, and budgets related to corrections spending. YAC can be shown to be cost effective in reducing future criminal behavior. An additional goal, though harder to measure, should also be to restore public confidence in a system that has come to be viewed as little more than an instrument of social control over poor and minority communities. For many YAC participants, the court represents the first time that the criminal justice system sees the individual for who they are, hear what they have to say, treats them with respect and concern and invests in their future success.

CRIME AND POLITICS IN ALAMEDA COUNTY
George Bisharat, Emeritus Professor, UC Law San Francisco

This is a continuation of a study of the politics of crime in the San Francisco Bay Area that began with an examination of the recall of popularly-elected San Francisco District Attorney Chesa Boudin in 2022. My initial aim was to determine what, if anything, the successful effort to drive this elected official out of office just two years into his term said about the future of progressive prosecution in the United States more broadly. As DA Boudin was being recalled, just across the San Francisco Bay in Alameda County, another progressive prosecutor, Pamela Price, won a hotly contested election. Indeed, Price's election was one factor that led me to predict that Boudin's recall was atypical, tied to factors specific to San Francisco, and not likely to recur in other jurisdictions. Yet a recall effort was immediately launched against Price, too, and is currently on the ballot for this November. It may succeed, forcing me at a minimum to revise my understanding of the political conditions that are fueling the attacks on progressive prosecution nationwide, and thus its future prospects for success.

WHY ARE THEY WATCHING? THE EVOLVING PURPOSES OF POLICE SURVEILLANCE
Prithika Balakrishnan, Professor, UC Law San Francisco

This presentation will chart the expansion of surveillance technology into local law enforcement, altering policing strategies while continuing the United States' history of designating Black and Brown bodies as suspicious. Police departments are installing and utilizing sophisticated surveillance tools capable of real-time observation, facial recognition and location tracking, in an increasingly advanced technological system of law enforcement. At the same time, police departments around the country are facing staffing shortages, unprecedented recruitment struggles and a political reckoning about their role in American communities. I will provide a current snapshot of the use of

closed circuit television (CCTV) surveillance by local law enforcement in the United States. It is framed by three consistent factors – (1) federal funding, (2) corporate partnership, and (3) participatory surveillance – that each contribute to the continuation of racial inequity in the criminal legal system. I will then articulate how these inputs have molded surveillance into a solution to a political reckoning, thereby preserving the racially biased imprint of law enforcement.

DEFENSE ATTORNEYS AND THE SEPARATION OF POWERS

Chesa Boudin, Director, Criminal Law and Justice Center, Berkeley School of Law

Debates over the separation of powers in criminal law largely ignore defense lawyers. Instead, prosecutors and judges are the main focus. Scholars analyze the distribution of power between judges and prosecutors, how judges and prosecutors check each other's authority, and the internal separation of powers within judicial and prosecution bureaucracies. Defense lawyers are not primarily government actors or policymakers, they are merely representatives of criminal defendants. They are thus assumed to be external to separation of powers questions.

But defense lawyers are essential to a well-functioning separation of powers in criminal law. Judges and prosecutors have largely overlapping interests—they typically seek the swift resolution of cases through guilty pleas. Defense lawyers, by contrast, bring a competing interest to bear—that of the defendant. Defense lawyers are mostly government actors, since the great majority of defendants are represented by public defenders or court funded attorneys. And defense lawyers are essential to preserving the rule of law, since without effective defense counsel rights are not asserted and legal claims ruled on by judges.

This presentation brings defense counsel into the separation of powers debate. It shows how institutional choice questions in the provision of public defense have important consequences for the rule of law. It focuses on two variables: defense lawyer independence and defense lawyer effectiveness. Both are crucial to a well-functioning criminal justice system. If defense lawyers lack independence because they are professionally dependent on judges for their appointments, or if they lack effectiveness because they are overburdened by cases, then the criminal justice system cannot effectively protect the rule of law.

JOVENS ADULTOS - NEUROCIÊNCIA E DIREITO PENAL

O Honorável Bruce Chan, Juiz do Tribunal Superior

Os jovens em idade de transição, de 18 a 25 anos, estão super-representados nas taxas de prisão, condenação, liberdade condicional e encarceramento. Assim como a justificativa histórica para sistemas separados de tribunais juvenis, os tribunais para jovens adultos (YAC) se esforçam para interromper as causas subjacentes do crime a fim de alterar o padrão futuro de reincidência com os custos resultantes para a comunidade, para o indivíduo e para os orçamentos relacionados aos gastos com correções. Pode-se demonstrar que o YAC é econômico na redução do comportamento criminoso futuro. Um objetivo adicional, embora mais difícil de medir, também deve ser o de restaurar a confiança do público em um sistema que passou a ser visto como pouco mais do que um instrumento de controle social sobre comunidades pobres e minoritárias. Para muitos participantes do YAC, o tribunal representa a primeira vez

que o sistema de justiça criminal vê o indivíduo como ele é, ouve o que ele tem a dizer, trata-o com respeito e preocupação e investe em seu sucesso futuro.

CRIME E POLÍTICA NO CONDADO DE ALAMEDA
George Bisharat, Professor Emérito, UC Law San Francisco

Esta é a continuação de um estudo sobre a política do crime na área da Baía de São Francisco, que começou com uma análise da revogação da eleição popular do promotor público de São Francisco, Chesa Boudin, em 2022. Meu objetivo inicial era determinar o que o esforço bem-sucedido para expulsar esse funcionário eleito do cargo apenas dois anos após o início de seu mandato dizia sobre o futuro da acusação progressiva nos Estados Unidos de forma mais ampla. Enquanto o promotor Boudin estava sendo chamado de volta, do outro lado da Baía de São Francisco, no Condado de Alameda, outra promotora progressista, Pamela Price, venceu uma eleição muito disputada. De fato, a eleição de Price foi um dos fatores que me levou a prever que a revogação de Boudin era atípica, ligada a fatores específicos de São Francisco, e que provavelmente não se repetiria em outras jurisdições. No entanto, um esforço de revogação foi imediatamente lançado contra Price também, e está atualmente na cédula de votação para novembro deste ano. É possível que seja bem-sucedido, o que me forçará, no mínimo, a revisar minha compreensão das condições políticas que estão alimentando os ataques à acusação progressiva em todo o país e, portanto, suas perspectivas futuras de sucesso.

POR QUE ELES ESTÃO OBSERVANDO? OS PROPÓSITOS EM EVOLUÇÃO DA VIGILÂNCIA POLICIAL
Prithika Balakrishnan, Professor, UC Law San Francisco

Esta apresentação mapeará a expansão da tecnologia de vigilância na aplicação da lei local, alterando as estratégias de policiamento e, ao mesmo tempo, dando continuidade ao histórico dos Estados Unidos de designar corpos de negros e pardos como suspeitos. Os departamentos de polícia estão instalando e utilizando ferramentas sofisticadas de vigilância capazes de observação em tempo real, reconhecimento facial e rastreamento de localização, em um sistema tecnológico cada vez mais avançado de aplicação da lei. Ao mesmo tempo, os departamentos de polícia de todo o país estão enfrentando escassez de pessoal, dificuldades de recrutamento sem precedentes e um acerto de contas político sobre seu papel nas comunidades americanas. Apresentarei um panorama atual do uso da vigilância por circuito fechado de televisão (CCTV) pela polícia local nos Estados Unidos. Ela é enquadrada por três fatores consistentes - (1) financiamento federal, (2) parceria corporativa e (3) vigilância participativa - que contribuem para a continuação da desigualdade racial no sistema jurídico criminal. Em seguida, articularei como esses fatores transformaram a vigilância em uma solução para um acerto de contas político, preservando assim a marca racialmente tendenciosa da aplicação da lei.

ADVOGADOS DE DEFESA E A SEPARAÇÃO DE PODERES

Chesa Boudin, Diretor do Centro de Direito Penal e Justiça da Faculdade de Direito de Berkeley

Os debates sobre a separação de poderes no direito penal ignoram amplamente os advogados de defesa. Em vez disso, o foco principal são os promotores e juízes. Os acadêmicos analisam a distribuição de poder entre juízes e promotores, como os juízes e promotores controlam a autoridade um do outro e a separação interna de poderes dentro das burocracias judiciais e de promotoria. Os advogados de defesa não são primordialmente atores do governo ou formuladores de políticas, são apenas representantes dos réus criminais. Portanto, presume-se que eles sejam externos às questões de separação de poderes.

Mas os advogados de defesa são essenciais para o bom funcionamento da separação de poderes no direito penal. Juízes e promotores têm interesses amplamente sobrepostos - eles normalmente buscam a resolução rápida dos casos por meio de confissões de culpa. Os advogados de defesa, por outro lado, têm um interesse concorrente - o do réu. Os advogados de defesa são, em sua maioria, agentes do governo, uma vez que a grande maioria dos réus é representada por defensores públicos ou advogados financiados pelo tribunal. Além disso, os advogados de defesa são essenciais para a preservação do Estado de Direito, uma vez que, sem um advogado de defesa eficaz, os direitos não são reivindicados e as reivindicações legais são decididas pelos juízes.

Esta apresentação traz o advogado de defesa para o debate sobre a separação de poderes. Ela mostra como as questões de escolha institucional no fornecimento de defesa pública têm consequências importantes para o Estado de Direito. Ela se concentra em duas variáveis: independência do advogado de defesa e eficácia do advogado de defesa. Ambas são cruciais para o bom funcionamento do sistema de justiça criminal. Se os advogados de defesa não forem independentes porque dependem profissionalmente dos juízes para serem nomeados, ou se não forem eficazes porque estão sobrecarregados de casos, então o sistema de justiça criminal não poderá proteger efetivamente o Estado de Direito.